

TRABALHO MÉDICO

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Impresso
Especial
9912163762/2007 DRMG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...



Ano 4 - nº 18 - julho/agosto 2008

COM A PALAVRA, OS CANDIDATOS À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE



O "Trabalho Médico" ouviu os candidatos à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sobre questões de grande relevância para a categoria: piso salarial, financiamento do SUS, implantação da CBHPM, terceirização do atendimento, além das soluções propostas para os principais problemas no sistema público de saúde. Dos nove concorrentes, sete responderam. Além de conhecer o posicionamento dos candidatos, o objetivo do sindicato foi obter um compromisso público com as propostas apresentadas.

PÁGINAS 6. 7 E 8

FENAM

Ministro da saúde na posse da diretoria da Fenam

A cerimônia de posse da nova diretoria da Federação Nacional dos Médicos, dia 13 de agosto, mostrou o prestígio da entidade. Entre outras autoridades, compareceram o ministro da saúde, José Gomes Temporão, que em seu discurso destacou o bom relacionamento do Ministério com as entidades médicas nacionais, e o presidades médicas nacionais.



Paulo de Argollo (à dir.) com o ministro Temporão

sidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. O novo presidente da Fenam é o gaúcho Paulo de Argollo Mendes. O quadro de diretores é composto de 24 médicos, representando todas as regiões do Brasil.

APROVAÇÃO DE CONTAS

Balanço revela grande crescimento do número de filiados e do valor arrecadado

O balanço financeiro do sindicato, relativo ao ano de 2007, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária dia 24 de julho, mostra uma evolução crescente da entidade. O número de médicos associados aumentou em 55% no período de 2005 a 2007. Além das filiações, houve um crescimento significativo na arrecadação da contribuição sindical.

PÁG. 9 PÁG. 10

LUTAS SINDICAIS

Médicos do Ipsemp conquistam cargo e carreira. Vitória reflete a grande mobilização da categoria no Instituto

PÁG. 3

Secretário municipal de saúde se reúne com diretoria do sindicato e apresenta propostas para urgências

PÁG. 4

Médicos de São João del Rei lutam por melhores condições de trabalho e remuneração

PÁG. 5

EM DIA COM O SINDICATO

Participe das campanhas de recobrança das contribuições sindical e social de 2008 e das sindicais em atraso nos últimos 5 anos e concorra a um carro zero km

SEMINÁRIO BH PELO PARTO NORMAL

Encontro promovido pela Prefeitura reúne profissionais de vários setores na busca pela redução do número de cesarianas em Belo Horizonte



RESTITUIÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA

Médicos do PSF que tiveram descontada a contribuição previdenciária sobre o prêmio Pró-Família devem procurar o sindicato. Atenção ao prazo SINMED-MG EM FOCO

EDITORIAL

O período eleitoral é um momento único para a discussão dos problemas urbanos em geral e, em particular, da saúde pública. Em todos os municípios, essa é a hora de garantir os compromissos dos candidatos no que tange à gestão da saúde, uma das maiores preocupações dos cidadãos em todos os municípios. Na região metropolitana de Belo Horizonte, isso se faz urgente.

Esta edição do "Trabalho Médico" traz entrevistas com os candidatos à PBH e as suas respostas mostram as semelhanças e diferenças com relação aos temas saúde e trabalho médico. No entanto, sabemos que a questão é metropolitana e, por isso, já passou da hora de os municípios da região se articularem, sob a coordenação efetiva do governo do Estado, visando ao estabelecimento de políticas públicas comuns que tragam racionalidade à gestão da saúde. Não cabem mais apenas ações

isoladas que resolvam problemas pontuais, sem o estabelecimento de soluções globais.

Para o Sinmed-MG, isso se reveste de importância extrema, pois na gestão dos recursos humanos, que é fundamental na gestão pública da saúde, temos que estabelecer maior articulação entre os municípios, diminuindo desigualdades e combatendo a desassistência. O problema das escalas incompletas, principalmente na urgência e emergência, traz um dos maiores impactos negativos sobre as condições de trabalho. Somente o estabelecimento de relações adequadas e duradouras entre os médicos e os municípios, garantindo acesso por concurso público, carreira, condições de trabalho e remuneração, permitirá a fixação dos profissionais.

Fora da região metropolitana, a questão é ainda mais complexa. Encontramos as mais

variadas situações no que se refere a vínculo, carreira, salários e condições de trabalho. Será necessário estabelecer com os futuros prefeitos e secretários de saúde uma agenda comum, visando ao estabelecimento de soluções duradouras que contemplem os interesses dos profissionais, dos municípios e de suas populações.

Vários outros temas precisam ser tratados e firmados com os futuros governantes: a regulamentação da EC 29, o fortalecimento do controle social, a revisão das tabelas do SUS e a questão das terceirizações. Portanto, temos problemas e muito trabalho pela frente, inclusive exigindo do governo do Estado o cumprimento efetivo de seu papel regulador e normatizador também na gestão dos recursos humanos e, principalmente, do financiamento do setor.

Diretoria do Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG Sindicato dos Médicos de Minas Gerais Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas 30130 090 - BH - MG Fone: (31) 3241-2811 geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva: Amélia Maria Fernandes Pessôa, Aroldo Gonçalves de Carvalbo (licenciado), Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Élson Violante (licenciado), Fernando Luiz de Mendonça (licenciado), Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos e Souza (licenciada). Conselho Diretor - Demais Membros: Aloísio Daber de Melo, André Christiano dos Santos, Camilo Batista Goulart, Djard Lisboa Moreira Filbo, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Geraldo José Coelbo Ribeiro, Luís Edmundo Noronba Teixeira, Luíz Felipe Viotti Fernandes, Marco António Torres, Margarida Constança Sofal Delgado, Maria de Fátima Braz, Paulo Eustáquio Marra Pinto, Regina Fátima Bratosa Eto, Salim António Issa.

Conselho Fiscal: Eliane de Sonza, Helder Avelino Yankons Santos (licenciado), José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Monra, Luciana Rabelo Ferreira, Maria Lucinda Macedo Foureaucs. Ouvidoria Sindical: Envaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Márcio Costa Bichara.

Junor e Marcio Costa Bichara.

Assessoria de Comunicação: Mônica Salomão - MT
10.543/MG e Camila de Ávila - DRT 12.669/MG
Jornalista Responsável: Regina Perillo - MT 11.697/SP
Textos e Edição: Regina Perillo Comunicação
Projeto gráfico: Zoo Comunicação

Diagramação e ilustrações: Genin Guerra Fotos: Gláncia Rodrigues

Impressão: Gráfica Pampulha Tiragem: 24.000 exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CAMPANHA

FIQUE EM DIA COM O SINDICATO E PARTICIPE, EM DEZEMBRO, DO SORTEIO DE DOIS CARROS

Para os médicos que não aproveitaram a primeira edição da campanha "Legal é não ter dívida e andar de carro zero", o Sinmed-MG oferece, novamente, a filiados e não filiados em atraso com as contribuições sindicais nos últimos cinco anos, a oportunidade de quitar os débitos com a entidade e ainda concorrer a um carro zero km. Para facilitar, o valor pode ser parcelado em até 12 vezes. O sorteio está previsto para o final de 2009, quando se encerra o período de parcelamento.

A proposta do sindicato é repetir o sucesso da campanha anterior, iniciada em outubro de 2007, com a adesão de 1.832 médicos. Vale lembrar que a contribuição sindical é um tributo federal, equivalente a um dia de trabalho, e obrigatório por lei para todo médico, sindicalizado ou não.

Campanha de Recobrança 2008

Fiquem atentos, ainda, à campanha de recobrança destinada aos médicos que não fizeram o acerto das contribuições sindical e social no ano de 2008. Aguardem o recebimento do próximo boleto em casa ou no consultório para quitação até 7 de novembro. Quem participa dessa campanha também concorre a um automóvel zero km, sorteado no final do ano.

Então, anotem na agenda: dia 12 de dezembro tem festa com o sorteio de dois carros – um para quem aderiu à campanha de acerto das contribuições sindicais iniciada em 2007 e outro para os médicos em dia com a entidade em 2008.

Importância das contribuições

O sorteio dos carros após as campanhas de recobrança é uma das estratégias adotadas pelo Sinmed-MG para motivar os médicos e, com isso, fortalecer a entidade.

Quanto maior o número de profissionais em dia com as contribuições sindicais e sociais, mais recursos o sindicato tem para realizar ações e campanhas em prol da categoria.

Ao quitar o tributo obrigatório e/ou se tornar associado, o médico reconhece o sindicato como o legítimo representante na defesa de seus direitos trabalhistas, um importante termômetro de que a entidade está cumprindo seu papel. LUTAS SINDICAIS TRABALHO MÉDICO - JULHO/AGOSTO 2008

IDSEMO

MÉDICOS CONQUISTAM CARGO E CARREIRA NO IPSEMG

Os 656 médicos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), classificados desde 2005 como analistas de Seguridade Social, serão beneficiados pelo projeto de lei que cria o cargo e a carreira de médico do Instituto. Também foram incluídos na carreira os 60 analistas de Seguridade Social que desempenham funções públicas de médico. O documento, encaminhado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), foi apresentado durante Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Sinmed-MG, no dia 9 de julho, no Centro de Estudos do Hospital Governador Israel Pinheiro.

A minuta do projeto de lei foi avaliada pela diretoria do sindicato e pela comissão de mobilização do Ipsemg que, após análise do conteúdo, solicitou à Seplag mudanças referentes ao item que especifica as atribuições dos analistas de Seguridade Social e também a definição da tabela de progressão que será utilizada. Aceitas as observações



O presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, durante a assembléia que mobilizou a categoria

propostas pela categoria, o sindicato aguarda o encaminhamento do projeto de lei para votação na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A reivindicação de participação de representantes dos médicos na comissão que vai estudar os destinos do Ipsemg também foi conquistada. Em correspondência assinada pelo diretor clínico do HGIP, Levi Ribeiro de Carvalho, a Diretoria de

Saúde e a Gerência Hospitalar do Instituto asseguram a participação do Sinmed-MG e de médicos do Hospital no Conselho Consultivo, que tem como papel avaliar e acompanhar as novas propostas de melhorias do Ipsemg. O diretor clínico se comprometeu a encaminhar ao sindicato um cronograma especificando a composição das comissões e as datas das reuniões.

Ganhos salariais

Os médicos do Ipsemg vão receber um reajuste salarial de 5%, retroativo a janeiro. O Projeto de Lei 2.475/08 foi aprovado em 2° turno no dia 15 de julho e agora será encaminhado para sanção do governador. Os servidores também conquistaram a progressão por escolaridade regulamentada pelo art. 20, da Lei Estadual n.º: 15.465/05. Embora prevista na referida legislação desde junho de 2006, data de vigência da lei, somente no início deste ano a administração pública cumpriu a norma.

Segundo Jacó Lampert, diretor financeiro do Sinmed-MG, como o percentual de reajuste está muito aquém das perdas salariais da categoria, as discussões com a diretoria do Ipsemg prosseguem até que o projeto de lei que cria o cargo e a carreira de médico do Instituto seja implantado. O Sinmed-MG aguarda um posicionamento dos gestores.

RIBEIRÃO DAS NEVES

NÚMERO DE ATENDIMENTOS REDUZ, MAS NEGOCIAÇÕES CONTINUAM

Está marcada para a primeira quinzena de setembro a próxima reunião em continuidade às negociações entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves, a categoria e o Sinmed-MG sobre a redução do número de atendimentos por especialidade e por profissional realizados no Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (Cemo). Em um acordo provisório, a princípio apenas para o mês de agosto, os médicos conseguiram reduzir de 44 para 36 atendimentos, a cada jornada de 12 horas, o que equivale a três consultas por hora.

Os profissionais argumentaram que com o aumento do tempo de consulta, eleva-se o grau de resolutividade do atendimento e a sobrecarga aos serviços de emergência diminui. Afirmaram, ainda, que a planilha de produtividade apresentada pela Secretaria não condiz com o número de atendimentos diários.

Para colocar fim ao impasse, no dia 23 de julho, uma comissão composta por médicos, representantes do Sinmed-MG e do departamento de Controle e Avaliação da SMSA avaliou os relatórios de produtividade dos especialistas no primeiro semestre deste ano.

Segundo o diretor jurídico do Sinmed-MG, Paulo Marra, contrariando o argumento de que as planilhas apresentadas pela Secretaria dispunham de um índice de produtividade inferior ao realizado, verificou-se que os médicos não preenchem adequadamente as folhas de produção. Foram detectados, ainda, por falta de controle da Secretaria, alguns erros relativos à carga horária e organização de agenda.

Após as correções, o aproveitamento de consultas ficou em 85% e a média de consultas por hora de trabalho dos especialistas foi de 3,05. Isso significa, segundo Marra, que o pleito de três consultas por hora reflete a produção atual, e não trará prejuízos à população.

FHEMIG

SINDICATO AGUARDA A NOVA LISTA DO ENQUADRAMENTO

Apesar de ter enviado vários ofícios à Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), o Sindicato dos Médicos ainda não recebeu qualquer retorno sobre o enquadramento na jornada de 24 horas de mais 238 médicos. "O inacreditável é que o enquadramento desses médicos já foi aprovado em reunião realizada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, dia 29 de abril, mas a lista não apareceu", diz o presidente do sindicato, Cristiano Gonzaga da Matta Machado. Segundo Cristiano, os médicos estão revoltados com tanto desrespeito e a tensão é grande entre os que aguardam o enquadramento.

Em abril último, durante reunião na Secretaria de Estado de Saúde (SES), o presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig, Luís Márcio de Araújo Ramos, havia informado aos representantes do sindicato que, de acordo com o cronograma, a nova etapa seria em maio, o que não ocorreu. Estavam previstos, ainda, mais 94 enquadramentos em outubro e 94 em abril de 2009, finalizando o processo.

Desde a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários, em 2005, o Sindicato dos Médicos vem negociando junto à Fhemig para que os médicos que cumpriam a jornada de 24 horas semanais, mas recebiam 12 em forma de horas extras, tenham seus benefícios calculados com base nas 24 horas trabalhadas. Até o momento, apenas 286 médicos foram enquadrados do total de mais de 700 profissionais que optaram pela nova jornada.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE APRESENTA PROPOSTAS PARA MELHORAR CONDIÇÕES NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

O secretário Helvécio Magalhães Jr. apresentou, em reunião realizada dia 29 de julho, na sede da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), algumas das medidas que estão sendo tomadas para melhorar os problemas nas urgências e emergências em Belo Horizonte. Participaram do encontro o presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado; a secretária geral, Amélia Pessôa; e o diretor Paulo Marra.

As propostas são uma resposta à lista de reivindicações enviada pelo sindicato, envolvendo vários aspectos do trabalho médico, como a valorização e formação dos profissionais, condições para o exercício da medicina e estrutura oferecida pelo serviço municipal de urgência.

Plano contempla cinco aspectos

Segundo Helvécio Magalhães Jr., desde agosto de 2007, a Secretaria desenvolve um plano de ação com o objetivo de ajustar as condições de trabalho nas unidades de emergência da rede municipal. Para facilitar a definição dos responsáveis e o acompanhamento dos trabalhos, o plano contempla cinco campos de desenvolvimento: infra-estrutura (obras, insumos, equipamentos e segurança); valorização da medicina de urgência (formação profissional, comunicação para o uso adequado dos serviços, trabalho

em equipe); ação intersetorial (fluxo, retaguarda de leitos e referências); gestão do trabalho (adequação da demanda, violência, urbanização) e gestão.

Em relação às demandas do sindicato, na parte de infra-estrutura, o secretário informou sobre algumas medidas já adotadas, como a criação de dez leitos de CTI e noventa leitos de clínica médica no Hospital N. S. Aparecida e o acerto com a Santa Casa para ativação de leitos de clínica.

Adiantou também que a construção da UPA Noroeste será feita com a verba do Orçamento Participativo. A UPA Nordeste será ampliada usando o terreno onde, atualmente, existe um campo de futebol, e o terreno da UPA Pampulha já foi desapropriado e a construção está em processo de licitação. Disse, ainda, que a Fundep /UFMG fica responsável pela administração da UPA Centro-Sul, na qual serão criados quarenta leitos de clinica médica.

Para aumentar a resolutividade nas UPA's, será formada uma rede de referência para exames complementares, afirmou Helvécio. O processo foi iniciado pela UPA Venda Nova, com a realização de tomografia computadorizada, US e Endoscopia no Hospital Risoleta Neves, sem burocracia.

Sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o secretário disse que foram compradas vinte novas ambulâncias para melhoria do transporte sanitário, totalizando 50 unidades, e o serviço passa a contar com três médicos reguladores.

No item valorização dos médicos e oferta de aperfeiçoamento para os profissionais da urgência, outra importante reivindicação do sindicato, Helvécio declarou que está em fase de finalização a assinatura de um convênio com a UFMG para a criação de um curso que englobará ACLS/ATLS/PALS (suporte avançado em cardiologia, traumatologia e pediatria) em um único módulo, com duração de 36 horas, a ser ministrado para 500 médicos das UPA's e 500 médicos das Unidades Básicas.

Sobre a reivindicação de vale-alimentação, o secretário informou que, a princípio, serão fornecidos vales-refeições aos funcionários das urgências e contratado serviço para os pacientes das UPA's e para os Cersam's, processo em licitação.

No campo da gestão do trabalho, o secretário apontou, entre outros itens, que a Secretaria vem realizando a escuta dos profissionais vítimas de violência e situações de estresse e tem procurado apoiar trabalhadores e gestores na ocorrência de episódios de conflitos internos ou externos. Sobre a implantação de postos policiais nas UPA's, disse que o assunto está em discussão com o Comando da Polícia Militar.

Avaliação do sindicato

Segundo Amélia Pessôa, durante a reunião, Helvécio Magalhães Jr. apresentou um trabalho abrangente e fundamentado, mas com muitos pontos ainda em andamento. Em sua avaliação, o encontro também foi importante para mostrar ao gestor a necessidade da interlocução direta da SMSA com o Sinmed-MG nas discussões sobre urgência e emergência, e não apenas no âmbito da MESASUS, como vinha acontecendo.

Amélia destaca que, mesmo após as medidas adotadas, o sistema de urgência municipal ainda tem um déficit de 400 leitos de clínica e de 50 leitos de CTI e padece da falta de profissionais para completar as equipes, principalmente nas UPA's.

Outros aspectos colocados pelo Sinmed-MG e considerados pendentes foram a progressão por escolaridade; o pagamento de plantão de final de semana a partir de 19 horas de sexta-feira; o pagamento do 1/3 de férias sobre a extensão de jornada; certidões de contribuição do ISSQN; a questão da previdência dos médicos do HOB. Nova reunião será agendada, provavelmente em setembro, para rever as questões pendentes.

CONTAGEM

SINDICATO E SECRETARIA DE SAÚDE RETOMAM NEGOCIAÇÕES

Após um período de distanciamento entre a Prefeitura de Contagem e a categoria, o Sindicato dos Médicos retoma as discussões para implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e criação da Mesa Permanente de Negociações, em acordo firmado com a Secretaria de Saúde, no dia 30 de julho. Para recuperar o tempo "perdido" e mobilizar os médicos, foi realizada, no dia 11 de agosto, uma Assembléia Geral Extraordinária na sede do Sinmed-MG.

"Vamos trabalhar para que a elaboração do PCCS esteja concluída até dezembro e para garantir, por meio da Mesa, condições adequadas para o exercício da medicina e atendimento digno à população", declara o presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado.

O presidente lembra que o Plano de Carreira é um ganho também para os gestores porque proporciona estabilidade e, com isso, além de atrair, fixa os profissionais no município. Com a criação da Mesa Permanente de Negociações, que tem como objetivo discutir e buscar soluções para os problemas relativos à carreira, salários e condições de trabalho, a proposta, segundo ele, é realizar duas reuniões mensais com os representantes das categorias.



Médicos participam de Assembléia Geral Extraordinária, na sede do sindicate

Quanto à reivindicação referente ao pagamento dos dias não trabalhados durante o movimento, ainda não houve acerto, mas a Secretaria assumiu o compromisso de estudar o assunto e apresentar uma resposta em breve.

LUTAS SINDICAIS TRABALHO MÉDICO - JULHO/AGOSTO 2008

SÃO JOÃO DEL REI

TAC É PRORROGADO E CATEGORIA CONQUISTA APOIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Os médicos da rede pública de São João del Rei, em campanha por melhores condições de trabalho e remuneração, avançaram nas negociações e receberam boas notícias durante a assembléia da categoria realizada no dia 12 de agosto. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre a Prefeitura e o Ministério Público em março, que entraria em vigor a partir do dia 15, foi adiado.

Segundo a subsecretária de Inovação e Logística da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES), Jomara Alves da Silva, o prazo para cumprimento do TAC será prorrogado até que a Secretaria elabore uma nova legislação para redefinir a carga horária dos servidores médicos municipalizados. O acordo com o Ministério Público foi negociado em reunião no dia 12, com as presenças da secretária de saúde de SJDR, Ormesinda Maria Barbosa Salgado; do procurador geral de Justiça do Estado, Jarbas Soares Júnior, e do promotor da 3ª Promotoria de Justiça de SJDR, Rodrigo Ferreira de Barros.

Além de mais tempo para se adequarem às exigências do MP, os médicos também conquistaram um importante aliado nas negociações, o presidente da Câmara Municipal, vereador Maurílio de Caxias Chafy Hallak. Em reunião com o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Cristiano da Matta Machado, e com o conselheiro diretor Eduardo Filgueiras o parlamentar disse que está preocupado com a situação dos médicos do Município e se comprometeu a apoiar a luta da categoria. "Para garantir atendimento médico à nossa população faremos o possível para aprovar os projetos que o Executivo venha a nos encaminhar", afirmou Hallak.

Os representantes do Sinmed-MG entregaram ao vereador um documento com as reivindicações de recomposição dos vencimentos; criação, dentro do



Assembléia do dia 12 mostrou grande mobilização da categoria

Plano de Cargos, Carreira e Salários já existente, do cargo e da carreira de médico; e criação de lei que assegure a complementação de vencimentos entre os servidores médicos de todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal). O presidente do sindicato solicitou o empenho do parlamentar junto ao Executivo para que estes itens sejam atendidos neste mandato.

Na avaliação de Matta Machado, a categoria conquistou avanços importantes nas negociações, mas ainda há muito a ser feito para assegurar condições adequadas

de trabalho ao médico e atendimento de qualidade à população. "É preciso transformar a indignação em ação e por isso vamos lutar para que algumas das reivindicações sejam atendidas a partir da aprovação de projetos de lei".

Em reunião realizada no dia 24 de julho, o prefeito Sidney Antônio de Souza pediu ao sindicato um prazo para tratar das questões relativas ao TAC. Agora, com a prorrogação do cumprimento do acordo o Sinmed-MG solicitou agenda com o gestor para que seja apresentada uma resposta às reivindicações dos servidores.

Saiba mais sobre a Campanha 2008

3 de julho – Sinmed-MG inicia a campanha por melhores condições de trabalho e salário para os médicos de São João del Rei. Assembléia define a pauta de reivindicações.

23 de julho – Sinmed-MG se reúne com o prefeito de SJDR, Sidney Antônio de Sousa e com a secretária de saúde, Ormesinda Salgado, para discutir a pauta de reivindicações. Prefeito pede prazo para resolver as questões referentes ao TAC. Ministério Público diz que não vai prorrogar o prazo para cumprimento do termo, que passa a vigorar em 15 de agosto.

12 de agosto – AGE, com a presença de 26 médicos. TAC será prorrogado até que a SES elabore nova legislação para redefinir a carga horária dos médicos municipalizados. Categoria conquista apoio da Câmara.

DIVINÓPOLIS

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO AINDA NÃO SAIU DO PAPEL

Apesar dos esforços das entidades médicas, a criação da Comissão de Negociação Permanente em Divinópolis ainda não saiu do papel. O Sinmed-MG continua aguardando parecer da Secretaria Municipal e do Conselho Municipal de Saúde sobre o resultado da assembléia realizada para aprovação da comissão.

Na última reunião com membros do Conselho de Saúde, quando foi discutida a base de formação da comissão, o Sinmed-MG não se opôs a nenhuma das opções propostas pelo órgão – que a comissão seja formada dentro do próprio Conselho, por uma de suas Câmaras Técnicas; ou que atue de maneira independente, mas com a participação

de representantes de outras áreas da saúde.

Para o sindicato e as entidades médicas envolvidas, o importante é que a idéia se concretize o quanto antes, para facilitar as negociações com a Prefeitura sobre as condições de trabalho dos médicos e propor soluções que melhorem o atendimento à população.

HOSPITAL RISOLETA NEVES

Médicos aguardam elaboração do Plano de Carreira para retomar as negociações

Após a realização da Assembléia Geral Extraordinária que definiu a pauta de reivindicações dos médicos do Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN), em Venda Nova, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) já está providenciando um dos principais itens da pauta: a construção de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

A advogada do sindicato Sônia Couto, especialista em Direito do Trabalho, afirma que a criação do plano é fundamental para trazer perspectiva de futuro aos médicos, importante fator de motivação e fixação do profissional no local de trabalho. Segundo ela, o PCCS do HRTN ainda está em fase de estudo. Depois de elaborado, será encaminhado para apreciação em assembléia com a participação do sindicato, médicos e direção do hospital.

No Risoleta Neves trabalham cerca de 400 médicos que foram enquadrados, no ano passado, no acordo coletivo do SINTAPPI-MG (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias e Informações do Estado de Minas Gerais). Sônia explica que o sindicato quer um acordo coletivo específico para os médicos, de forma a contemplar melhor as especificidades da categoria.

Segundo a advogada, além da falta de um Plano de Carreira, os médicos também se queixam da sobrecarga de trabalho, principalmente nos finais de semana, das escalas incompletas, corredores cheios e insuficiência de macas.

ELEIÇÕES PBH TRABALHO MÉDICO - JULHO/AGOSTO 2008

PROPOSTAS

CANDIDATOS À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE FALAM SOBRE PROPOSTAS PARA A SAÚDE, REMUNERAÇÃO E TRABALHO MÉDICO

O Sinmed-MG encaminhou aos nove candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte cinco questões relativas à área de saúde da capital mineira, com foco específico na remuneração e no trabalho médico. Além de conhecer o posicionamento dos candidatos, o objetivo do sindicato foi obter um compromisso público com as propostas apresentadas.

Conforme determina a lei eleitoral, os candidatos tiveram o mesmo espaço total para as respostas. Atenderam à solicitação do sindicato os candidatos Gustavo Valadares (DEM), Jô Moraes (PC do B), Leonardo Quintão (PMDB), Márcio Lacerda (PSB), Pedro Paulo (PCO), Sérgio Miranda (PDT) e Vanessa Portugal (PSTU). André Alves (PT do B) e Jorge Periquito (PRTB) não enviaram respostas.

1. A Fenam (Federação Nacional dos Médicos), que congrega os sindicatos da categoria no país, e demais entidades médicas defendem o piso de R\$ 7.500 por 20 horas semanais. Essa seria a remuneração que valoriza o profissional e permite a fixação na carreira. O que o candidato propõe como estratégia para se alcançar esse valor?

Gustavo Valadares

Os salários praticados pela Prefeitura de Belo Horizonte para médicos ainda encontram-se longe do piso defendido pela categoria para jornadas de 20h/semana. Apesar da melhora nos vencimentos a partir do último acordo entre os médicos e a Prefeitura, muito ainda precisa ser feito. O salário inicial é de R\$ 2.041,89 para 20h de jornada semanal e R\$ 5.583,78 para médicos do PSF com jornada de 40h semanais, sem os adicionais previstos. É fato que precisamos melhorar a remuneração do profissional e proporcionar uma melhoria no atendimento à população. Tenho convicção de que os servidores precisam ser valorizados, com condições dignas de trabalho para o bom desempenho de suas atividades. Pretendo construir um canal de negociação direto com cada categoria, inclusive com os outros profissionais da saúde, e tentar, dentro das possibilidades e de maneira escalonada, melhorar os vencimentos.

Jô Moraes

A PBH deve respeitar o pleito da categoria médica. As conquistas dos

trabalhadores devem acontecer ao longo da possibilidade dos recursos orçamentários disponíveis e num processo transparente e amplo de discussões. Objetivamente, visto a remuneração atual, a proposição precisará ser analisada e respondida para uma perspectiva de quatro anos de mandato.

Leonardo Quintão

A remuneração ideal está relacionada, também, com a capacidade do município. Não podemos dizer, irresponsavelmente, que vamos fazer alguma coisa para a qual não haja recursos, ou não tenha condições legais de ser cumprida. O que podemos assegurar aos servidores é que vamos manter o diálogo aberto com a categoria, para estudarmos uma forma de vincular os reajustes ao crescimento da arrecadação. Isso pode acontecer a médio e longo prazo e abranger a todos os servidores.

Márcio Lacerda

No último acordo sindical feito com a Prefeitura de Belo Horizonte, em 2007, o piso colocado como da Federação estava em torno de R\$ 3.700 por 20 horas semanais e, nesse sentido, no final de 2008, mais de 80% dos médicos da rede municipal atingiriam esse piso na sua remuneração final. Com os novos valores, é preciso reabrir as discussões bilateralmente, o que, aliás, será sempre o caminho a ser seguido no nosso governo, sempre de forma respeitosa e dentro dos limites orçamentários e legais da Prefeitura. É preciso lembrar

que a administração municipal já aplica na saúde cerca de 19% do seu orçamento, índice bem acima dos 15% constitucionais.

Pedro Paulo de Abreu

O PCO compreende a saúde como equipes de multiprofissionais que atendem à população considerando-se todas as categorias, dos médicos aos auxiliares. Todos os profissionais devem ser beneficiados com pisos salariais que contemplem suas necessidades básicas. O PCO propõe piso salarial para técnicos e auxiliares em saúde de RS 2.200 e piso de R\$7.500 para o médico, mantendo-se o poder de compra da categoria ante a política de exploração dos patrões e a inflação que ronda os trabalhadores.

Sérgio Miranda

A remuneração justa tem como resultado o aumento da produtividade, a qualidade de um bem ou prestação de serviço e a redução de custos. Ao se pagar o profissional da saúde de forma aviltante, ocorre a ilusão de que haverá economia de recursos. Esquecendo-se, no entanto, de que esses médicos desmotivados e sobrecarregados por múltiplas jornadas utilizarão os escassos recursos existentes sem racionalidade.

É necessário documentar e quantificar tal problema. A ilusão de pagar mal o profissional e economizar para o serviço público precisa ser combatida. Economia de recursos não acontece por essa via. Tenho absoluta convição de que investindo-se na valorização do profissional de saúde, com remuneração justa, capacitação e combate à precarização dos vínculos, aí sim, teremos economia de recursos e assistência adequada.

Vanessa Portugal

Esse objetivo é possível de ser alcançado enfrentando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma limitadora dos gastos sociais, e aumentando os recursos para a saúde, por meio da arrecadação de impostos das

Candidatos médicos

Segundo informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, foram registradas em Minas Gerais 2.241 candidaturas a prefeito, 2.257 para vice-prefeito e 54.187 a vereadores. Os candidatos médicos se dividem da seguinte forma: 144 a prefeito, 105 para vice-prefeito e 253 a vereador.

No Brasil, 979 médicos pleiteiam o cargo máximo do executivo municipal, 640 entraram na disputa para vice e 2.452 concorrem aos cargos do Legislativo (registros de candidaturas até 3 de agosto de 2008, às 19:08:56 - Fonte: www.see.gov.br)

grandes empresas e propriedades. É preciso, de fato, ter a saúde como uma prioridade, investindo os recursos públicos somente em saúde pública.

2. Hoje o município já investe 20% na saúde, portanto acima dos 15% exigidos pela EC 29, que trata do financiamento do SUS. Estados e União precisam fazer sua parte. Como o candidato pretende se engajar na luta pela aprovação do projeto de lei que regulamenta a EC 29?

Gustavo Valadares

Apesar do município de Belo Horizonte cumprir os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional 29, ao aplicar mais de 15% de seu orçamento na saúde, reduziu o montante aplicado em 2007 (18,76%) se comparado ao exercício de 2006 (19,51%). Como a EC 29 não está regulamentada, a falta de definição sobre o que são gastos com "ações e serviços públicos de saúde" para efeitos de contabilização acaba gerando algumas distorções que se pretende sanar com a aprovação de sua regulamentação. Reivindicada por muitos setores, sem dúvidas, poderia levar mais recursos para ações exclusivamente de saúde.

Jô Moraes

Sabemos que o financiamento da saúde precisa ser visto como prioridade absoluta. Como deputada e participante da Frente Parlamentar da



ELEIÇÕES PBH TRABALHO **MÉDICO** - JULHO/AGOSTO 2008



Saúde, sempre estive engajada na regulamentação da EC 29. Continuarei defendendo uma articulação política junto aos deputados e senadores mineiros nesse sentido e favorecendo a ampla mobilização popular na defesa do seu inalienável direito à saúde.

Leonardo Quintão

Na verdade, 15% é o mínimo, não é o teto. Esse índice pode ser elevado de acordo com a arrecadação. Hoje, em Belo Horizonte, cerca de 70% desse recurso é gasto com terceirizados. Precisamos rever esses gastos. Verificamos, ainda, que, no último ano, da despesa autorizada, sobraram mais de R\$ 80 milhões que não foram gastos. Esse fato ocorreu também na área da educação e de outros setores.

Márcio Lacerda

A regulamentação da Emenda 29 é fundamental e é uma das principais bandeiras do movimento municipalista brasileiro e de seus gestores municipais coordenados pelo CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), que é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Vamos apoiar todas as iniciativas e ajudar a Secretaria Estadual de Saúde a conseguir aumentar os seus recursos e, assim, ampliar os repasses aos municípios, incluindo BH, além de ampliar as parcerias já em curso e outras que forem necessárias. Também com os novos recursos o Ministério da Saúde pode ampliar o teto de financiamento de BH e melhorar o padrão de remuneração dos serviços contratados pelo SUS.

Pedro Paulo de Abreu

A capitulação do governo municipal ante à política do Estado e União, ao não exigir a aplicação do percentual como reza a EC 29, impede que seja oferecido um atendimento de melhor qualidade à população e que sejam atendidas as necessidades básicas dos trabalhadores, que continuam com seus salários minguados há anos, sem reajustes dignos. Em 2007, os trabalhadores tiveram que entrar em greve, graças à intransigência do prefeito Pimentel. Só após muita luta é que os salários foram reajustados em 12%. E, mesmo assim, dividido em quatro vezes no decurso de dois anos. O PCO atua com os trabalhadores da saúde na defesa dos seus legítimos interesses.

Sérgio Miranda

O relatório do deputado Pepe Vargas, que é integrante da base do governo, foi aprovado porque prevê a cobrança da CSS. Por que mais um imposto, se, logo após anunciar a CSS, o governo federal anunciou que vai elevar a meta do superávit primário? Pela proposta aprovada na Câmara, em 2011, a destinação de verbas da saúde chegaria a R\$ 68 bilhões. Enfim, uma perda de R\$ 15 bilhões só em 2011, se comparado com o substitutivo do senador Tião Viana, já aprovado pelo Senado, que estabelece que a União tem de destinar 10% de sua receita, percentual a ser atingido de forma gradual até 2011, quando os investimentos chegariam a R\$ 83 bilhões. Temos que discutir o relatório da EC 29 aprovado e nos mobilizar para influenciar o Senado de forma a aprovar a melhor redação.

Saúde é a maior preocupação do eleitor

Entre os vários problemas que afetam Belo Horizonte, a saúde será o maior desafio dos candidatos, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus e publicada com exclusividade pelo Jornal HOJE EM DIA (19/08/08). Trinta e cinco por cento dos entrevistados apontam as deficiências na saúde como o fator mais preocupante,

superando, inclusive, as preocupações consideradas tradicionais pelos especialistas, como segurança (17%), educação (11,8%) e desemprego (10%). Para o cientista político Ricardo Guedes, diretor do Instituto Sensus, o resultado da pesquisa mostra que, nesse momento, o eleitor está mais voltado para questões que o afetam diretamente.

Vanessa Portugal

Belo Horizonte é uma cidade de peso no cenário nacional, portanto, com grande poder de pressão. Cabe ao administrador municipal ser parte ativa da mobilização da população trabalhadora para exigir a ampliação e efetivação dos recursos para a saúde. A ampliação do percentual mínimo é de fundamental importância e tem de ser aplicado o necessário.

3-A Fenam e demais entidades defendem a implantação da CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos) no SUS, única forma de garantir o atendimento à população. Como o candidato propõe encaminhar essa questão, já que a tabela é nacional e o problema é local?

Gustavo Valadares

O reajuste nos honorários da tabela SUS é uma reivindicação antiga e necessária para a melhoria nos serviços de saúde. A adoção da CBHPM como referência para essa tabela parece-me razoável, a partir do momento que irá igualar os valores praticados no atendimento aos procedimentos de saúde suplementar (Resolução CFM 1.673/2003) aos procedimentos do SUS. No entanto, essa é uma questão nacional e ainda envolverá uma longa discussão com o Governo Federal para que seja aceita.

Jô Moraes

Essa questão toca o problema fundamental do financiamento da saúde. Como dito pelo sindicato, a PBH já destina 20% do seu orçamento, ultrapassando o previsto legalmente, e a sua margem é sabidamente pequena e dependente da arrecadação municipal. Entretanto, ouvido o Conselho Municipal de Saúde, em áreas onde há um maior estrangulamento assistencial, a CBHPM pode ser uma referência negociada para o pagamento de determinados procedimentos.

Leonardo Quintão

Temos que fazer uma ampla discussão dessa questão junto ao Conselho Nacional de Saúde, gestores e demais envolvidos, no sentido de encontrar um valor em nível nacional. Vamos verificar a possibilidade de o setor público investir com mais ênfase nos serviços de alta complexidade.

Márcio Lacerda

A defasagem da tabela do SUS é notória e reconhecida pelo próprio Ministério da Saúde. Com os novos recursos, certamente, essa realidade pode mudar, além de modernizarmos o padrão de contratualização e relação entre o gestor e os prestadores, incluindo os profissionais credenciados ou contratados. Um caminho para isso é o fortalecimento das cooperativas médicas como intermediárias legítimas do trabalho médico na rede contratada e conveniada.

Pedro Paulo de Abreu

Para o PCO, esses problemas existem em âmbito nacional. Por isso, a solução dos mesmos está subordinada a uma política nacional, com a participação efetiva e deliberativa do conjunto dos oprimidos da sociedade.

Sérgio Miranda

É bastante razoável que se reivindique remuneração para os atendimentos de procedimentos que estão no rol do SUS baseados na CBHPM, uma vez que os custos são os mesmos, tanto para atendimento pelos convênios quanto para o atendimento do SUS e também para os particulares. No entanto, é viável trabalhar para a saúde suplementar por valores aquém dos preços praticados em caráter particular; logo, devemos achar um meio termo entre um valor e outro, discutindo com seriedade os valores praticados pelo SUS, para chegar a um resultado que seja viável do ponto de vista da prestação de saúde pública e da garantia de cobertura dos custos, que não estão na tabela vigente. Para isso, é necessário que os prefeitos promovam esse debate, já que a gestão do sistema é de sua competência.

Vanessa Portugal

Mais do que a adequação da tabela do SUS, lutamos pela estatização da saúde. Parece inaceitável que recursos públicos sejam destinados à manutenção de instituições privadas, ainda mais quando se trata da saúde das pessoas. Nesses marcos, é absolutamente legítimo que haja uma tabela justa que determine valores e padrões do atendimento médico. Nossa administração se dispõe a uma luta mortal para que isso se efetive nacionalmente, uma vez que a maior parte dos impostos pagos pela população trabalhadora vai direto para a federação. A Prefeitura deve efetivar os seus procedimentos baseados em uma referência justa, construída pelas entidades de classe em conjunto com a população usuária do serviço.

4 O município está terceirizando o atendimento à saúde na UPA Venda Nova e na futura maternidade e UPA Centro-Sul para a Fundep (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa). O governo federal propõe fundações estatais de direito privado como solução. Como o candidato pensa essa questão?

Gustavo Valadares

A discussão sobre a terceirização do atendimento à saúde se remonta à instituição do Plano Diretor da Reforma do Estado promovido pelo Governo Federal em meados dos anos 80, instituído pela Lei 9.637/1998 e que permitiu ao poder público a contratação de organizações sociais para a gestão e gerência de unidades de saúde. Nesse conceito, várias são as experiências adotadas no país. No entanto, acredito que os problemas de saúde em Belo Horizonte podem e devem ser resolvidos com ações de gestão administrativa moderna e eficaz, muitas delas simples e de grande abrangência, como a marcação de consultas e exames pelo telefone e pela internet, eliminando filas nas unidades básicas de saúde para esse procedimento.

Jô Moraes

A gestão do sistema de saúde deve ter um processo contínuo de discussões e aprimoramento. A fundação estatal de direito privado sofre pressão contrária dos trabalhadores que querem a garantia da não privatização da saúde e dos recursos públicos e de seus direitos. Se esses requisitos estiverem garantidos, a futura gestão da PBH deverá considerar a gestão compartilhada implantada pela Fundep.

Leonardo Quintão

Essa, talvez, seja a forma de se desviar do grande problema que atinge o setor de saúde pública no momento, que é a falta de recursos humanos. Poderíamos dizer que é uma forma mais branda de terceirização. Acredito que é um paliativo, que não irá atacar o problema na sua raiz, além de ferir um princípio constitucional. Os setores essenciais devem ser preenchidos por meio de concurso público. O que a administração pública precisa fazer é se tornar justa e atrativa para que cheguem os bons profissionais. Plano de carreira e outros instrumentos que ofereçam oportunidade de crescimento para o servidor precisam ser priorizados.

Márcio Lacerda

A UPA Venda Nova, agora ampliada fisicamente e com mais profissionais, é administrada diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde e não deve mudar esse padrão. O que estamos inovando é na ampliação da parceria histórica entre a PBH e a UFMG, mediada ou não pela sua fundação, como, por exemplo, na gestão do Hospital das Clínicas, inteiramente regulado e contratualizado pela Prefeitura, e do Hospital Risoleta Neves. Sobre as Fundações Estatais, que são públicas, é uma iniciativa importante, desde que garantindo os princípios do SUS e do Pacto pela Saúde e os direitos trabalhistas previstos na CLT.

Pedro Paulo de Abreu

O PCO defende a estatização da saúde e seu controle total pelos trabalhadores, com eleições diretas para todas as chefias em todos os níveis, com mandatos revogáveis. Pelo fim das terceirizações e abertura imediata de concurso público.

Sérgio Miranda

A Constituição Brasileira prevê que a iniciativa privada pode participar do SUS de forma complementar. Realizada em 2007, a 13ª Conferência Nacional de Saúde rejeitou a idéia de Fundações Estatais, que pretende entregar a saúde pública e coletiva e a administração dos hospitais para pessoas que não estão preocupadas com a saúde do povo, mas sim, com o cumprimento de metas que colocam em segundo plano os três princípios do SUS. O modelo das fundações transfere o vínculo de novas contratações de servidores para a CLT e a intenção é estender esse projeto para todas as áreas do serviço público, embora a Constituição de 1988 determine a contratação dos servidores pelo Regime Jurídico Único. Como estatutários, os profissionais reforçam a relação que mantêm com os usuários dos serviços de saúde. Parcerias são bem-vindas, desde que não sejam para serviços que são de responsabilidade do setor público.

Vanessa Portugal

Somos contra a privatização da saúde e, portanto, contra a terceirização dos serviços. Já está mais do que provado que a terceirização custa mais aos cofres públicos (em alguns casos chega a se gastar até três vezes mais) e precariza o atendimento, além dos contratos com terceiros serem fontes constantes de corrupção.

5- Quais o sr (sra). considera os principais problemas hoje no sistema público de saúde de Belo Horizonte e que soluções serão apresentadas nesse sentido?

Gustavo Valadares

Vários são os problemas no atendimento à saúde em Belo Horizonte. Na minha visão, precisamos melhorar a porta de entrada do sistema, que é a atenção básica. São constantes as reclamações de falta de profissionais, filas enormes para atendimento, falta de medicamentos e condições inadequadas das unidades. Muitos são os gargalos do sistema, destacando o elevado número de cirurgias eletivas, que deixam pacientes em demoradas filas. Os efeitos danosos dessa espera podem ser mitigados com a criação de um consórcio público na área de urgência, de tal forma que atenda toda a Região Metropolitana, tendo em vista que os municípios do entorno e os do interior são grandes

demandantes dos serviços na capital. É necessária uma ação pró-ativa por parte do prefeito para construir um modelo de gestão da saúde moderno e eficiente, que vise à melhoria da qualidade do atendimento à população e valorize seus profissionais.

Jô Moraes

Existem hoje alguns estrangulamentos importantes que devem ser enfrentados com o fortalecimento da participação democrática da sociedade na construção do SUS-BH e a decisiva valorização do trabalhador da saúde. No nível assistencial, temos problemas, particularmente, na relação equipes de saúde/número de famílias assistidas; falta de alguns exames e consultas especializadas; deficiência de leitos hospitalares e cirurgias eletivas.

Pretendo ampliar o número de Equipes de Saúde da Família para 600 e de Equipes de Saúde Bucal para 300; ampliar a oferta de exames de média complexidade, tais como ultra-som, teste ergométrico e outros, realizando esses exames em até 90 dias e as consultas especializadas em até 60 dias após a marcação; ampliar o número de leitos hospitalares para adultos por meio de hospitais conveniados, filantrópicos ou públicos; e ampliar o número de cirurgias eletivas.

Leonardo Quintão

Como já citamos anteriormente, o principal problema da saúde é a falta de recursos humanos, que acaba provocando deficiência no atendimento básico, secundário e no terciário. Remuneração adequada e qualificação dos profissionais de todos os níveis. Melhora na tabela do SUS, Plano de Carreira, Cargos e Salários e adequação da carga horária de trabalho. Mas tudo isso precisa ser tratado, primeiramente, com a criação de uma mesa permanente paritária de negociação com a Administração. Muitos desses problemas podem ser solucionados pelo município, outros demandam uma luta mais ampla, envolvendo as três esferas de poder.

No município onde há uma demanda represada de consultas especiais, que já ultrapassam 50 mil, podemos propor um mutirão. Consta do nosso programa de governo a construção de mais PAM's e a informatização do setor, que irá racionalizar a dispersão de medicamentos. Belo Horizonte tem uma carência de 650 leitos de urgência. Das 530 Equipes de Saúde da Família nenhuma tem profissional da saúde bucal e mental e faltam muitos profissionais das outras áreas. Essas falhas podem ser solucionadas com uma administração eficiente.

Márcio Lacerda

A grande agenda da saúde em BH é melhorar cada vez mais a qualidade do atendimento, que significa mudanças estruturais, de condições de trabalho, de remuneração, de educação permanente e de cobrança de metas de qualidade e produtividade a serem pactuadas com os usuários e trabalhadores. Também é preciso focar na ampliação necessária das urgências, das especialidades, dos leitos de retaguarda e radicalizar as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças.

Pedro Paulo de Abreu

Falta de trabalhadores e desvalorização dos existentes; truculência das chefias e condições inadequadas de trabalho e salário; excesso de serviço, dificultando o atendimento ao público. Soluções: melhorar e adequar tecnologicamente o espaço físico das unidades de saúde e contratação imediata de profissionais da área, valorizando-os.

Sérgio Miranda

A baixa resolutividade da atenção primária, a dificuldade de acesso à média complexidade e as condições de atendimento nas urgências. Para que haja uma solução para esses problemas, será dada prioridade à atenção primária, com medidas de valorização dos profissionais, como concurso público para erradicacão dos vínculos precários; e políticas de educação continuada, adequadas ao desenvolvimento de amplas atribuições em atenção primária atreladas ao PCCS, em que a participação nesses cursos seja revertida em promoção na carreira. Garantir a infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas para esses serviços.

Articulação e cooperação intermunicipal para garantir a integralidade da atenção, levando em conta a diversidade dos municípios que compõem a RMBH, com foco na economia de escala, para aumentar a oferta de serviços complexos especializados e melhorar a qualidade da gestão do sistema e de regulação dos prestadores, reduzindo a desigualdade do acesso. Só assim, conseguiremos organizar as portas de entrada das urgências e de procedimentos de média complexidade, uma vez que, em torno de 40% dessas demandas são de outros municípios.

Vanessa Portugal

Terceirização, baixos salários, falta de profissionais e equipamentos. Esses problemas geram as filas de espera para as consultas especializadas, a não fixação de profissionais e a precariedade do atendimento. As soluções passam pelo aumento dos recursos para a saúde, o que só será possível com uma administração voltada para a classe trabalhadora, melhoria salarial, fim da terceirização, descentralização das equipes especializadas e investimento na formação das Equipes de Saúde da Família.



FENAM

POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA FENAM EM BRASÍLIA É CONCORRIDA

O novo presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), o gaúcho Paulo de Argollo Mendes, tomou posse no dia 13 de agosto, em Brasília. Substituindo Eduardo Santana, que passou a ocupar o cargo de segundo vice-presidente, Argollo exercerá seu mandato até 2010, com uma diretoria composta por 24 membros que representam todas as regiões do Brasil.

Do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, o diretor financeiro, Jacó Lampert, foi eleito secretário de Finanças da Fenam; e o ouvidor sindical, Márcio Bichara, que já pertencia à Federação, assumiu a Secretaria de Saúde Suplementar, uma nova área de atuação da entidade.

A cerimônia de posse contou com a presença do ministro da saúde, José Gomes Temporão; do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; além de representantes dos governos do Distrito Federal e do Tocantins, deputados federais, estaduais, dirigentes de entidades médicas, entre outras autoridades. O Sinmed-MG foi representado pelo seu presidente, Cristiano da Matta Machado.

Membro da Fenam e ouvidor sindical, Márcio Bichara adianta que a nova diretoria vai priorizar a luta por mais recursos para a saúde pública, cobrando o aumento dos repasses de verbas pela União, ante uma condição cada vez mais positiva das contas públicas, com cres-



Mesa de abertura da cerimônia de posse de Paulo Argollo (2º da esq. para dir.)

cimento econômico e recordes sucessivos na arrecadação de impostos.

Segundo Bichara, dentro do Planejamento Estratégico, elaborado com a participação de toda a diretoria, está a defesa da carreira de Estado para os médicos, a fim de solucionar o problema da falta de profissionais no interior; e o ingresso na carreira por concurso público, além de piso salarial compatível com a complexidade do trabalho médico e o fim da precarização das relações de trabalho. Outra preocupação da Federação destacada pelo secretário é a mercantilização do ensino médico, que vem transformando as faculdades em verdadeiros negócios empresariais, em detrimento da qualidade da formação.

Como secretário de Saúde Suplementar, Bichara lembra que essa é uma das novas secretarias e diretorias criadas para atender melhor a crescente demanda da Federação, assim como as áreas de Condição Feminina e Educação Permanente.

Nova diretoria da Fesumed será eleita em assembléia, no ES

No dia 13 de setembro, em Vitória/ES, acontece a Assembléia Geral Ordinária da Federação Sudeste dos Médicos (Fesumed), que vai eleger a diretoria para o biênio 2008/2010, com a participação de dirigentes e representantes dos seis sindicatos que compõem a Federação (Minas Gerais, Governador Valadares, Juiz de Fora e Zona da Mata, Espírito Santo, Grande ABC e Niterói, São Gonçalo e Região). Desde 2006, ano em que foi criada, a Fesumed é presidida por Cristiano da Matta Machado, também presidente do Sinmed-MG. A pauta da assembléia contempla, ainda, alteração estatutária, aprovação do regimento interno e definição do Plano de Lutas.

Aproveitando o encontro, no dia anterior à eleição, 12, a Fesumed realiza o Fórum sobre a Terceirização da Gestão da Saúde Pública, um importante tema a ser debatido pelos participantes.

Veja quem integra a nova diretoria de Fenam (2008/2010):

Precidente

Paulo de Argollo Mendes - RS 1º Vice presidente

José Erivalder Guimarães de Oliveira -SP

2º Vice Presidente

Eduardo Santana - GO Secretário de Finanças

Jacó Lampert - MG Secretário Geral

Mario Fernando da Silva Lins - PE Secretário Geral Adjunto

José Caíres Meira - BA

Secretário de Comunicação Waldir de Araújo Cardoso - PA

Diretor de Comunicação

Holda Moreno Costa Filha - AC Secretário de Assuntos Jurídicos

Antonio José Francisco Pereira dos Santos - DF

Diretor de Assuntos Jurídicos

José Roberto Cardoso Murisset - ABC Secretaria de Formação

e Relações Sindicais João Pedro Carreirão - SC

Diretor de Formação

e Relações Sindicais Clovis Abrahim

Cavalcanti - Niterói/RJ Secretário de Formação

Profissional e Residência Médica

Cid Célio Jayme Carvalhaes - SP **Diretor de Formação**

Profissional e Residência Médica Edinaldo da Fonseca Lemos - MT

Secretário de Relações Trabalhistas Wellington Moura Galvão - AL

Diretor de Relações Trabalhistas Marcelo Quinto - Santos/SP Secretário de Benefícios

e Previdência

Otino José de Araújo Freitas - RO **Diretor de Beneficios**

e Previdências

José Tarcisio da Fonseca Dias - CE Secretário de Saúde Suplementar

Marcio Costa Bichara - MG

Diretor de Saúde Suplementar

Mario Antonio Ferrari - PR Secretário da Condição Feminina

Maria das Graças Souto - SP **Diretor da Condição Feminina** Maria Rita Sabo de Assis Brasil - RS

Secretário de Educação Permanente

Educação Permanento Janice Painkow - TO Diretor de

Diretor de Educação Permanente Tarcisio Campos - PB

Quem é Paulo de Argollo Mendes

Atual presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul (Simers), que reúne 14 mil sindicalizados, entre os 24 mil profissionais em atuação no Estado, e é considerado o maior sindicato médico do país em percentual de sindicalização. Argollo, com 59 anos, foi diplomado

em 1974 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É especialista em gastroenterologia e medicina interna, tem pós-graduação em gestão empresarial pela Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo (USP).

CRMMG

CRMMG ELEGE CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2008 A 2013

O Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRMMG) elegeu, no dia 8 de agosto, os conselheiros que estarão à frente da entidade no próximo mandato (outubro/2008 a setembro/2013). Composta por 20 membros e seus suplentes, a maioria pertencente à atual gestão, a Chapa 1 (Defesa Profissional) venceu as eleições com 51% dos votos.

O atual presidente do CRMMG e também um dos conselheiros eleitos, Hermann Alexandre V. von Tiesenhausen declara: "Os médicos de Minas estão de parabéns pelo nível elevado da campanha e da eleição, o que representa o amadurecimento da classe médica, que busca seu fortalecimento pela união".

Exercício findo em

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2007

ÃO DE CONTAS DE 2007 MOSTRA EVOLUÇÃO

Número de médicos associados dá um salto significativo e a arrecadação com as contribuições social e sindical cresce a cada ano

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) realizou, no dia 24 de julho, uma Assembléia Geral Ordinária para aprovação de contas do exercício de 2007. Participaram da AGO o auditor Geraldo Soares de Almeida, do escritório Fernando Motta & Associados; o presidente do sindicato, Cristiano Gonzaga da Matta Machado; o diretor financeiro, Jacó Lampert; Rogério Godinho Cândido, responsável pelo departamento de contabilidade; representantes do Conselho Fiscal; outros diretores e médicos associados.

De acordo com Jacó Lampert, o balanço mostra uma evolução crescente da entidade, a começar pelo número de médicos associados, que aumentou em 55% no período de 2005 a 2007. Quanto mais médicos, maior a arrecadação, valor que aumenta a cada ano.

Além das filiações, o diretor aponta um crescimento significativo na arrecadação da contribuição sindical. De 2005 até o final de 2007, o valor praticamente dobrou.

Lampert conta que esses números refletem o grande investimento do sindicato em várias campanhas de quitação e filiação para incentivar novas associações e o pagamento das anuidades atrasadas das contribuições social e sindical: "Com esses recursos, a entidade fica cada vez mais forte, podendo realizar ações em prol da categoria em todo o Estado".

A análise comparativa das despesas e das receitas da entidade mostra um superávit nos anos de 2006 e 2007. Somente em 2005, um ano após a posse da diretoria, o sindicato apresentou déficit nas contas.

Em parecer emitido pelos auditores, eles afirmam: "A adequada posição patrimonial e financeira é resultado do planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade".

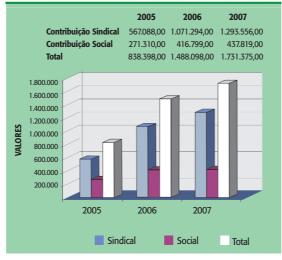
BALANCO DO EXERCÍCIO 2007

	ŀ	BALANÇO PATRIN	
	Exercício findo em		
ATIVO	31.12.07	31.12.06	
CIRCULANTE Caixa Bancos - conta movimento Bancos - conta aplicação Valores bloqueados Anuidades a receber (nota 4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 4) Adiantamentos Valores a apropriar	1.199 20.493 280.984 2.964 4.365.295 (1.091.323) - 346 3.579.958	3.106 147.727 109.633 3.186 4.524.196 (1.809.678) 1.200 1.499 2.980.868	
NÃO CIRCULANTE Realizável a Longo Prazo Anuidades a receber 2007 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	- - -	1.839.051 (1.379.289) 459.763	
Permanente Investimentos (nota 2c) Imobilizado (nota 5) Diferido	114.591 410.393 9.764 534.748 534.748	114.574 409.622 8.924 533.120 992.883	
Total do Ativo	4.114.706	3.973.751	

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT (Em R\$ 1)

	Exercício findo em		
	31.12.07	31.12.06	
RECEITAS			
Contribuição sindica	2.782.476	2.806.063	
Contribuição social	3.312.254	3.202.080	
Patrimoniais	45.291	6.608	
Assistencial	583	73	
Insubsistências do passivo	515.569	392.579	
Financeiras	40.121	58.763	
Diversas	80.963	109.877	
	6.777.257	6.576.043	
DESPESAS Gerais e administrativas Tributárias Financeiras Depreciações/Amortizações	(6.469.368) (20.693) (97.957) (20.579) (6.608.597)	(6.316.806) (22.798) (81.298) (18.458) (6.439.360)	
resultado não operacional	(7.239)	(2.087)	
SUPERAVIT	161.421	134.596	

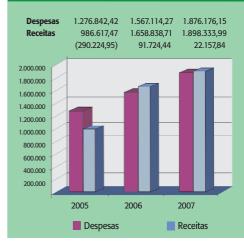
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO



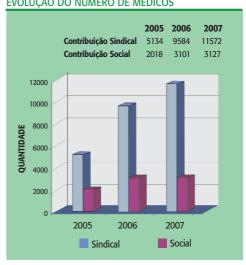
BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$1)

	Exercicio findo effi	
PASSIVO	31.12.07	31.12.06
CIRCULANTE		
Fornecedores	27.629	8.776
	18.744	11.741
Obrigações sociais a recolher		
Obrigações fiscais a recolher	4.376	2.258
Obrigações com entidades (nota 6)	1.627.551	1.392.884
	1.678.300	1.415.659
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações com entidades (nota 6)		122.484
Obligações com entidades (nota o)		122.484
	-	122.404
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Contribuição social antecipada		160.623
	-	160.623
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Fundo Patrimonial	1.121.118	1.121.118
Reserva de reavaliação	318.451	329.811
Superavits acumulados	996.837	824.056
	2.436.406	2.274.985
Total do Passivo	4.114.706	3.973.751

COMPARATIVOS DESPESAS X RECEITAS



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICOS



SEUS DIREITOS

BH PELO PARTO NORMAL

PARTO NORMAL: SEMINÁRIO REALIZADO PELA PBH REÚNE DIFERENTES SETORES ENVOLVIDOS COM O TEMA

"Paradoxo perinatal brasileiro: mudando paradigmas para a redução da mortalidade materna e neonatal" foi o tema do primeiro Seminário BH pelo Parto Normal, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde, entre os dias 19 a 23 de agosto, na Associação Médica de Minas Gerais.

O seminário foi uma das ações do Movimento BH pelo Parto Normal, criado no ano passado pela Prefeitura, em parceria com 30 entidades ligadas à saúde, entre elas o Sinmed-MG. A iniciativa partiu da preocupação da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte com as elevadas e crescentes taxas de cesarianas registradas pelo SUS (de 41,7% em 1999 passou para 48,5% em 2005). Nos hospitais privados, cerca de 80% dos partos são por cesariana, uma realidade que precisa ser mudada, já que o índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 15%.

O objetivo do seminário foi propor uma discussão, baseada em evidências científicas, sobre os determinantes das altas taxas de cesariana, de prematuridade e de mortalidade materna e neonatal; e identificar estratégias para a sua redução por meio da troca de experiências entre pesquisadores, gestores e profissionais da saúde.

Na abertura, dia 19, o auditório lotado mostrou o interesse que o tema



Cristiano (3º à esq.) foi o primeiro a falar no encontro

o secretário municipal de saúde, Helvécio Magalhães Jr., a mesa contou com representantes das várias entidades nacionais e locais envolvidas sociedade civil, entidades médicas, movimentos de defesa da saúde da mulher e da criança, conselhos de saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), governo estadual e Ministério da Saúde. O Sindicato dos Médicos foi representado pelo seu presidente, Cristiano da Matta Machado.

Em seu discurso, Cristiano parabenizou as coordenadoras do Movimento BH pelo Parto Normal, Sônia Lansk e Miriam Rego de Castro Leão, pelo grande empenho na realização do

desperta na sociedade. Tendo à frente evento, e ressaltou a importância do encontro com todos os atores envolvidos no tema: "Não se trata de culpar uma categoria ou outra pela situação. O problema é complexo e precisa ser analisado de uma forma mais ampla".

> Representando o Ministério da Saúde, a técnica de saúde Daphane Rattner lembrou o pioneirismo da iniciativa de Belo Horizonte ao realizar um evento desse porte. Daphane também alertou sobre a necessidade das outras cidades entrarem nessa luta pela valorização do parto normal, um movimento que, segundo ela, tem merecido a atenção do Ministério com a realização de campanhas nacionais.

> Finalizando a cerimônia, o secretário Helvécio Magalhães Jr. se deteve no fator que considera a grande razão para levar a luta adiante: as parcerias que se formaram entre órgãos governamentais, entidades médicas e sociedade civil. Reforçou que, para mudar a situação, o movimento deve ser permanente e citou como exemplo concreto a preocupação do município em manter elevado o nível de suas sete maternidades, tanto em qualidade de profissionais, quanto em atendimento.

> Além da presença na mesa de abertura, o sindicato também participou das oficinas realizadas durante o seminário, sendo representado pela integrante do Conselho Diretor, a pediatra Margarida Constança Sofal Delgado. Os temas debatidos por ela foram o aumento da prematuridade no país e a evitabilidade de óbitos infantis e perinatais.

MÉDICOS DO PSF, ATENÇÃO PARA POSSÍVEL RESTITUIÇÃO DE **COBRANCA INDEVIDA**

Todos os médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) da Prefeitura de Belo Horizonte que, a partir de 2003, começaram a receber o prêmio Pró-Família, instituído pelo Programa BH Vida, e tiveram descontada a contribuição previdenciária sobre essa gratificação poderão ter a cobranca restituída.

O Sinmed-MG defende que a gratificação não pode servir como base de cálculo para o pagamento de uma contribuição previdenciária. Dessa forma, o departamento jurídico do sindicato impetrou um mandado de segurança, pleiteando a declaração de ilegalidade do desconto e requerendo que fosse determinado ao Município a abstenção desta cobrança. O processo ainda está em tramitação. A Prefeitura já recorreu duas vezes – na primeira o TJ manteve a decisão favorável à classe médica e na segunda o recurso não foi conhecido por não ter sido interposto dentro do prazo.

Para entrar com a ação judicial, é necessário que o médico esteja em dia com as contribuições sindical e social e apresente ao departamento jurídico, até o dia 29 de setembro, os seguintes documentos:

- * cópia do CPF, RG e comprovante de endereço;
- * cópia dos contracheques em que houve efetivo desconto indevido referente ao PSF (11% sobre o valor recebido como Prêmio Pró-Família);
- * cópia do último contracheque.

Autoridade internacional faz palestra sobre parto no mundo contemporâneo

A palestra de abertura do evento não poderia ser mais apropriada. O convidado da noite, o médico francês Michel Odent, é considerado uma das principais autoridades mundiais quando se fala em obstetrícia. Foi responsável por introduzir em um hospital público francês novos conceitos de salas de parto à semelhança de lares e piscinas. É fundador do Centro de Pesquisa em Saúde Primal, de Londres, e tem mais de 10 livros publicados.

Na palestra, Michel Odent fez uma abordagem inusitada. Falou dos

hormônios que fazem a diferença na hora do parto. Entre eles, a ocitocina, o hormônio do amor, que tem seu ápice no momento em que a mãe entra pela primeira vez em contato com o filho. Infelizmente, ressaltou ele, as condições do parto atual, no qual as cesarianas são comuns e as mães não têm mais privacidade, são totalmente inapropriadas para que a ocitocina aflore: "Influenciados por fatores culturais, os partos vêm se tornando cada vez menos naturais, com prejuízos para a mãe e a criança".

ATUAÇÃO SINDICAL

CÉLIO DE CASTRO, UM GRANDE NOME NA HISTÓRIA DO SINDICATO

A morte de Célio de Castro sensibilizou a todos: comunidade, seus colegas de trabalho e de política e, muito especialmente, as entidades médicas e os companheiros do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais. O "Dr. Beagá", como ficou conhecido na época de sua candidatura a prefeito de Belo Horizonte, fez parte

da história da instituição em um momento muito importante, marcado pela renovação das entidades médicas.

A atuação sindical de Célio de Castro começou por volta de 1975, quando, na coordenação da equipe do Hospital João XXIII, esteve à frente do Grupo de Estudos Médicos (GEM). A princípio, tratava-se de um pequeno grupo que se reunia para discutir os novos problemas da profissão, cada vez mais "assalariada" e menos "liberal".



Com o tempo, a iniciativa foi ganhando força e passou a fazer parte de um movimento nacional de Renovação Médica, uma resistência ao clima de opressão que se vivia no Brasil em época de ditadura. O grupo era formado por médicos novos, recém-formados e que tiveram participação no movimento estudantil dos anos 70 e médicos

com uma história de intensa militância política anterior à ditadura.

Fundamentado na defesa intransigente dos direitos dos médicos, mas sempre com o compromisso de melhorar o atendimento prestado à população, o ideal de renovação foi o lema de uma forte campanha de sindicalização que culminou com a eleição de Célio de Castro para a presidência do Sinmed-MG, em 1980, cargo que assumiu por dois mandatos, até 1986.

Democratização das entidades médicas

O cirurgião geral Evilásio Teubner Ferreira, que teve a oportunidade de trabalhar com Célio de Castro na equipe de plantonistas do Hospital João XXIII. no início dos anos 60. quando ambos eram recémformados, acredita que a maior contribuição do colega para os profissionais médi-

cos foi a democratização das entidades médicas: "Ele foi a grande liderança em Minas responsável por mudar a estrutura dos órgãos de defesa da categoria, que antes eram muito elitizados, mais voltados para a medicina privada. À frente do grupo de estudos GEM e, mais tarde, do Movimento de Renovação Médica, Célio tinha uma preocupação social com a medicina, muito além de uma luta cor-



MEDICINA ORTOMOLECULAR Início em 11 e 12 de Outubro de 2008/ Sempre no 2º final de semana de cada mês..

*PROFESSORES COM ALTÍSSIMA TITULAÇÃO(doutores, mestres e especialistas).

*Em conformidade com a resolução 1500/98 do CFM(Conselho Federal de Medicina).

17ª turma no Brasil, 2ª em BH

* 400 hs/aula - 20 meses de duração(01 final de semana/mes).

porativista. Com sua visão política aprofundada, ele conseguiu envolver as entidades em torno de um ideal: os interesses da categoria aliados às necessidades da população".

Para Evilásio, outro legado de Célio para os médicos foi seu exemplo de profissional responsável, com-

petente e humano: "Com uma capacidade de doação e desprendimento incomum, ele se dedicou mais ao coletivo em detrimento de suas conquistas pessoais. Foi um grande professor, principalmente de vida. O sentimento de perda é inevitável, mas fica a alegria de ter assistido a tudo que ele trouxe para a sociedade e para quem conviveu com essa figura carismática e cativante".

Pós Graduação Lato Sensu

MEDICINA DO ESPORTE

Início em 25 e 26 de Outubro de 2008/Sempre no 4º final de semana de cada mês. 14ª turma no Brasil/ 2ª em BH

Melhor Corpo Docente (mestres e doutores) e melhor conteúdo científico. Curso que mais aprova na prova de título de especialista da SBME. 400 hs/aula - 20 meses de duração (1 final de semana/mês).

Programa: MEDICINA DO ESPORTE	
Disciplina	Carg
Fisiologia do Exercício	40 h
Treinamento Desportivo	40 h
Cineantropometria	20 h
Cardiologia do Esporte	
Traumato-ortopedia Desportiva	40 h
Reabilitação das Lesões Esportivas	
Nutrição	
Tópicos Especiais em Medicina do Esporte parte I	20 h
Tópicos Especiais em Medicina do Esporte parte II – Medicina Hiperbárica	20 h
Primeiros Socorros em Medicina do Esporte	20 h
Estatística	
Metodologia da Pesquisa Científica	
Métodos complementares em Medicina do Esporte	40h
CARGA HORÁRIA TOTAL: 400	

SUCESSO ABSOLUTO! VAGAS LIMITADAS!



ISENÇÃO DE MATRÍCULA (R\$200,00) PARA OS PRIMEIROS 20 INSCRITOS DE CADA CURSO

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES 0800 2820 454

Tel: (21) 2542-0052 / (21) 2542-0080 fisicursos@fisicursos.com.br SKYPE: hb.junior - Cel: (21) 9163-2167





www.fisicursos.com.br

PROG	GRAMA MEDICINA ORTOMOLECULAR
Bioquímica	Química dos aminoácidos, carboidratos, lipídios, vitaminas e minerais - Metabolismo dos aminoácidos, carboidratos, lipídios, vitaminas e minerais - Distúrbios metabólicos relacionados com os nutrientes.
Biologia Celular	Membrana celular - Organelas e funções - Núcleo - Sinalização Celular - "Gap Junctions" - Células de Adesão- Mecanismo de Apoptose - Transdução - Gens de Expressão
Fisiologia	Respiração celular - Metabolismo do oxigênio - Reações de oxi-redução - Estrutura atômica dos radicais livres - Formação dos radicais livres - Geração das espécios reativa do oxigênio - Sistemas antioxidantes enzimáticos e não- enzimáticos - Antioxidantes primáricos, secundários e radicais livres - Estresses oxidativo - Agentes causais do estresse oxidativo - Terapia antioxidante - Fisiologia do envelhecimento.
Terapêutica	I - Aminoácidos (Química - Fontes alimentares - Metabolismo - Funções fisiológicas - Possíveis usos terapêuticos - Doses) II - Vitaminas (Química - Fontes alimentares - Metabolismo - Funções fisiológicas - Deficiência - Toxicidade - Possíveis usos terapêuticos - Doses) III - Minerais (Química - Fontes alimentares - Metabolismo - Funções fisiológicas - Deficiência - Toxicidade - Possíveis usos terapêuticos - Doses) Metabolismo - Funções fisiológicas - Possíveis usos terapêuticos - Doses of terapêuticos - Vitaminas - V
Clínica	Patologia Cardiovascular II - Processos proliferativos III - Patologia pulmonar V - Imunopatologia e processo inflamatório V - Patologia guatrointestinal V - Patologia gastrointestinal VII - Patologia do sistema endócrino VIII - Patologia do sistema enervoso XX - Dounças palquiéricas e discribide comportamentals XX - Patologia do elátrica dicina Esportiva XI - Patologia colistra electros describides comportamentals XI - Patologia pediátrica.

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO:

Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas

CEP: 30130 090 - BH - MG